

AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA



Município de Toropi/RS
Concurso Público 001/2026

PROVA TEÓRICO-OBJETIVA

 3 horas

 40 questões

 4 alternativas

 Saída permitida somente após
1 hora de prova

 O candidato só poderá
levar este Caderno após
2 horas de prova

INSTRUÇÕES



Confira se esse Caderno de Prova contém a quantidade de questões indicadas. A substituição deste Caderno de Prova ocorre apenas antes de iniciar a prova.

- ▣ O tempo de prova inclui o preenchimento do Cartão-Resposta.
- ▣ Nenhuma informação acerca do conteúdo das questões será fornecida pelo Fiscal de Sala, pois é parte integrante da prova.
- ▣ Antes de sair da Sala de Prova, entregue o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala, **devidamente assinado**, e, após, se desloque imediatamente para a saída do local de prova.
- ▣ Ao final da prova, os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na Sala de Prova até que o último termine a sua prova, devendo ambos testemunhar a devolução e o lacre dos documentos.
- ▣ A divulgação do gabarito preliminar se dará conforme Cronograma de Execução do certame.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO INSTITUTO LEGALLE. PROIBIDO REPRODUÇÃO.

RASCUNHO PARA GABARITO

01		06		11		16		21		26		31		36	
02		07		12		17		22		27		32		37	
03		08		13		18		23		28		33		38	
04		09		14		19		24		29		34		39	
05		10		15		20		25		30		35		40	

Para responder às questões 01 a 10, leia o texto abaixo.

Assistência farmacêutica no Brasil

A análise das políticas públicas voltadas à assistência farmacêutica (AF) no Brasil exige a consideração de processos históricos complexos, nos quais interagem dimensões institucionais, disputas técnico-científicas e dinâmicas sociais, inscritas na conformação do Sistema Único de Saúde (SUS). De forma pioneira, o Movimento Sanitário e a Reforma Sanitária Brasileira configuraram fenômenos sócio-históricos que marcaram a segunda metade do século XX, constituindo elos fundantes da história e da política de saúde no Brasil. Sua conquista mais visível, a implantação do SUS, transformou profundamente o setor, incluindo a definição de novos horizontes para a AF. Ambos os movimentos enfatizaram a necessidade de garantir o pleno acesso aos medicamentos, reforçando a urgência de institucionalizar uma política nacional de medicamentos.

A promulgação da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080), que instituiu o SUS, inseriu, pela primeira vez, a assistência terapêutica e farmacêutica no conjunto das ações e serviços de um sistema de saúde. Até então, os medicamentos estavam sob a responsabilidade da Previdência Social, sendo regidos pela Central de Medicamentos (CEME). Criada em 1971, essa autarquia mantinha relativa independência frente ao Ministério da Saúde (MS) e atuava como instância de conciliação entre a oferta nacional de medicamentos e a capacidade aquisitiva de seus beneficiários.

Essa reconfiguração institucional impôs uma nova paisagem assistencial à AF, até então marcada por um desenho centralizado e excludente. A proposta da CEME confrontava diretamente os novos paradigmas inaugurados pelo SUS. Nesse contexto, a inclusão do acesso à farmacoterapia no âmbito das políticas sanitárias estabeleceu o compromisso de sua garantia como um direito público, sob responsabilidade do Estado. No entanto, somente ao final da década de 1990 a AF passou a incorporar, de forma mais efetiva, os dispositivos constitucionais da descentralização, universalidade, integralidade e equidade.

O primeiro marco político nesse sentido foi a aprovação da Política Nacional de Medicamentos (PNM), em 30 de outubro de 1998. Elaborada sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Saúde do MS, e integrante da Política Nacional de Saúde, a PNM buscou alinhar a questão dos medicamentos e da AF ao modelo assistencial do SUS, especialmente no que se refere à implementação de ações capazes de promover a melhoria das condições da assistência à saúde da população. Com o objetivo de garantir a segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos, bem como promover seu uso racional, a PNM observa e fortalece os princípios e as diretrizes constitucionais e legalmente estabelecidos.

É evidente o esforço de adequação do campo farmacêutico aos princípios do SUS. Todavia, o desenho dessa política ainda preserva uma ênfase centrada no medicamento, orientando não apenas a modelagem da assistência farmacêutica, mas também um amplo conjunto de ações correlatas. Assim, se antes da PNM havia uma desarticulação da assistência farmacêutica no âmbito dos serviços de saúde, a (re)articulação promovida por essa política foi estruturada com base nos contornos estabelecidos pelo medicamento. Nesse sentido, limitar sua compreensão a uma função exclusivamente terapêutico-assistencial desconsidera a multiplicidade de modos de existência e de ação que o medicamento pode assumir, obscurecendo as ambivalências que o situam em contextos culturais e sociais específicos.

Os medicamentos são veículos de ideologias: moldam percepções de saúde, constroem identidades e influenciam valores e relações sociais. Sua apropriação, portanto, requer uma observação ampliada, que os considere como parte de uma dinâmica do cuidado, capaz de revelar a arquitetura das relações sociais nas quais estão inseridos. Somente assim é possível reconhecer os processos plurais e, por vezes, conflitivos que vinculam medicamentos e farmacêuticos à produção de saúde.

Fonte: PENAFORTE, T. R. Assistência farmacêutica no Brasil: uma análise antropológica da formulação da Política Nacional de Assistência Farmacêutica. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 31, n. 1, 2026 (com adaptações).

Questão 01. Com base nas ideias expressas no texto a respeito dos processos históricos que envolveram a saúde pública e a Assistência Farmacêutica no Brasil, analise as assertivas que seguem:

- I. A assistência farmacêutica no Brasil formou-se à margem das lutas sociais e das dimensões institucionais que ergueram o Sistema Único de Saúde.
- II. A implantação do Sistema Único de Saúde é apontada pelo texto como o resultado de maior visibilidade alcançado pelos movimentos sanitários.
- III. A assistência farmacêutica já integrava o conjunto de ações e serviços do sistema nacional de saúde antes da aprovação da Lei Orgânica da Saúde.
- IV. Tanto o Movimento Sanitário quanto a Reforma Sanitária defenderam a garantia do pleno acesso da população aos medicamentos.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e IV, apenas.

Questão 02. A reconstrução histórica das políticas públicas de assistência farmacêutica (AF) no Brasil revela que a consolidação dos preceitos do Sistema Único de Saúde não ocorreu de forma imediata. Ao analisar a trajetória institucional que vai da criação da Central de Medicamentos às reformas do final do século XX, o texto demonstra que a incorporação efetiva das diretrizes constitucionais da descentralização, universalidade, integralidade e equidade na AF deu-se:

- (A) De maneira simultânea e automática à criação da Central de Medicamentos, em 1971, autarquia que já operava sob a gestão direta do Ministério da Saúde.
- (B) Imediatamente após a promulgação da Lei Orgânica da Saúde, a qual consolidou, de pronto e na prática imediata, a descentralização do acesso aos fármacos.
- (C) De forma gradual e progressiva, culminando na aprovação e institucionalização da Política Nacional de Medicamentos no final da década de 1990.
- (D) Antecipadamente à Constituição de 1988, momento em que a Lei Orgânica da Saúde transferiu a responsabilidade da farmacoterapia para a Secretaria de Políticas de Saúde.

Questão 03. Ao afirmar que a Central de Medicamentos atuava como instância de conciliação entre a oferta nacional de medicamentos e a capacidade aquisitiva de seus beneficiários, o autor deixa subentendido que a política pré-SUS:

- (A) Assegurava distribuição gratuita e irrestrita de remédios a toda a população brasileira sem distinção de renda.
- (B) Operava sob uma lógica mercantil e segmentada, distanciada do princípio de universalidade do acesso.
- (C) Delegava aos estados e municípios a responsabilidade total pela compra e distribuição de fármacos.
- (D) Subordinava as estratégias de oferta da indústria farmacêutica privada às diretrizes sanitárias unificadas do Ministério da Saúde.

Questão 04. De acordo com o texto, a Política Nacional de Medicamentos (PNM), integrante da Política Nacional de Saúde, foi elaborada com a finalidade de alinhar a Assistência Farmacêutica às diretrizes do Sistema Único de Saúde. A respeito dos objetivos expressos da PNM, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE um de seus pilares fundamentais.

- (A) A priorização da fiscalização da indústria em detrimento da dimensão assistencial do atendimento.
- (B) A transferência do controle logístico de insumos essenciais de saúde para consórcios do setor privado.
- (C) O condicionamento da garantia de qualidade dos insumos à prévia comprovação da capacidade de financiamento por parte dos estados e municípios.
- (D) A promoção do uso racional dos medicamentos, articulada à garantia de sua eficácia e qualidade.

Questão 05. No encerramento do texto, o autor defende a necessidade de superar a visão puramente instrumental do insumo farmacêutico. Ao caracterizar os medicamentos como **veículos de ideologias**, o texto fundamenta a tese central de que esses produtos:

- (A) Carregam múltiplos modos de ação e existência que extrapolam a neutralidade biológica, moldando valores e percepções no âmbito da atenção à saúde.
- (B) Devem ter sua utilidade avaliada sob a perspectiva da eficácia biomédica e da segurança farmacológica aferidas em ensaios clínicos controlados.
- (C) Servem como instrumentos de doutrinação partidária utilizados pelo Estado para impor diretrizes sanitárias sem o consentimento da população.
- (D) Atuam como elementos de distorção da prática farmacêutica, ao subordinar a ética assistencial dos profissionais aos interesses de lucratividade do complexo econômico-industrial.

Questão 06. A respeito dos recursos coesivos, das relações sintático-semânticas e das escolhas estilísticas empregadas no quinto parágrafo do texto, analise as partes que seguem:

(1ª parte): O uso do prefixo entre parênteses na palavra (re)articulação cumpre a função discursiva de denotar que a integração promovida pela PNM restaurou exatamente o mesmo modelo que vigorava na época da CEME.

*(2ª parte): O conector **Todavia** estabelece uma relação de causalidade, indicando que o foco no medicamento é o motivo direto para o sucesso da adequação às diretrizes do Sistema Único de Saúde.*

Pode-se afirmar que:

- (A) A 1ª parte é verdadeira, e a 2ª parte é falsa.
- (B) A 1ª parte é falsa, e a 2ª parte é verdadeira.
- (C) Ambas as partes são verdadeiras.
- (D) Ambas as partes são falsas.

Questão 07. Com base na interpretação do texto no tocante às diferenças entre o arranjo institucional pré-SUS e a consolidação do acesso à farmacoterapia como política pública sanitária, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Antes do processo de reconfiguração institucional trazido pelo Sistema Único de Saúde, a gestão dos medicamentos estava vinculada à Previdência Social.
- (B) A estrutura da CEME caracterizava-se pela ausência de autonomia frente ao Ministério da Saúde, ao qual se alinhava de forma simétrica desde sua criação.
- (C) A inclusão do acesso à farmacoterapia no campo das políticas sanitárias formalizou o compromisso de garantir esse acesso como um direito público.
- (D) Sob o modelo do Sistema Único de Saúde, a garantia do acesso à farmacoterapia passou a ser de responsabilidade direta do Estado.

Questão 08. Analise a estrutura sintático-gramatical e as regras de acentuação gráfica do trecho a seguir: **o Movimento Sanitário e a Reforma Sanitária Brasileira configuraram fenômenos sócio-históricos que marcaram a segunda metade do século XX...** Em relação às propriedades linguísticas do período, analise as assertivas abaixo:

- I. A presença do vocábulo **que** atua como elemento de coesão sequencial, mantendo a unicidade de um período simples estruturado sobre uma só oração.
- II. Os vocábulos **fenômenos** e **século** são acentuados graficamente com base na mesma regra ortográfica, pois ambos são palavras proparoxítonas.
- III. O verbo **configuraram** possui sujeito composto, constituído pelos núcleos **Movimento Sanitário** e **Reforma Sanitária Brasileira**.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 09. No trecho **No entanto, somente ao final da década de 1990 a AF passou a incorporar, de forma mais efetiva, os dispositivos constitucionais**, a alteração no emprego das vírgulas que mantém a correção gramatical e o sentido original do texto é:

- (A) No entanto somente ao final da década de 1990, a AF passou a incorporar de forma mais efetiva, os dispositivos constitucionais.
- (B) No entanto, somente ao final da década de 1990, a AF passou a incorporar, de forma mais efetiva os, dispositivos constitucionais.
- (C) No entanto, somente ao final da década de 1990, a AF passou a incorporar de forma mais efetiva os dispositivos constitucionais.
- (D) No entanto, somente ao final da década de 1990 a AF, passou a incorporar de forma mais efetiva, os dispositivos constitucionais.

Questão 10. Considere as propriedades fonológicas e morfológicas das palavras presentes no seguinte trecho: **Essa reconfiguração institucional impôs uma nova paisagem assistencial à AF...** Com base nisso, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação INCORRETA.

- (A) A palavra **reconfiguração** apresenta correspondência quantitativa entre o número de letras e o de fonemas.
- (B) O vocábulo **institucional** pertence à classe gramatical dos adjetivos, sendo uniforme quanto ao gênero.
- (C) O vocábulo **Essa** pertence à classe gramatical dos pronomes, sendo um pronome demonstrativo.
- (D) A palavra **assistencial** apresenta dois fonemas a menos do que o seu total de letras.

LEGISLAÇÃO

Questão 11. Sobre tributos municipais, a Lei Orgânica traz que uma lei municipal deverá estabelecer isenção do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana para proprietários comprovadamente pobres, com _____, de baixo valor, determinando os critérios e limites para averiguação destas condições.

Preenche CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) poucos móveis.
- (B) CPF irregular.
- (C) dívidas.
- (D) apenas um imóvel.

Questão 12. Qual das alternativas, de acordo com a Lei Orgânica, traz a legislação que compreende as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, incluídas as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que disporá sobre as alterações na legislação tributária e que estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, entre outros?

- (A) Lei do Plano Plurianual.
- (B) Lei das Diretrizes Orçamentárias.
- (C) Lei do Orçamento Anual.
- (D) Lei dos Tributos Municipais.

Questão 13. A Lei Orgânica traz que os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais com prévia e específica autorização:

- (A) Executiva.
- (B) Legislativa.
- (C) Judiciária.
- (D) Popular.

Questão 14. O Servidor Municipal abrangido pelo Regime Próprio de Previdência Social, ingressante no serviço público municipal de Toropi até 31 de dezembro de 2019, será aposentado voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de _____ anos de efetivo exercício no serviço público e _____ anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas algumas condições previstas na Lei Orgânica.

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) cinco; cinco.
- (B) dez; dez.
- (C) cinco; dez.
- (D) dez; cinco.

Questão 15. A Lei Orgânica estabelece que, valendo-se de sua autonomia e competência asseguradas nas Constituições Federal e Estadual, o Município deve elaborar projetos ou programas de desenvolvimento local, atento aos princípios gerais estabelecidos na Constituição Federal, no campo da Atividade Econômica, da Política Urbana e de outras previstas em quantos dos itens que seguem, como exemplos? **I.** Do Desenvolvimento Rural; **II.** Da Assistência Social, da Educação, da Cultura e do Desporto; **III.** Do Meio Ambiente.

- (A) Nenhum deles.
- (B) Apenas 1 deles.
- (C) Apenas 2 deles.
- (D) Todos os 3.

Questão 16. Analise as assertivas que seguem, com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos, acerca do repouso semanal:

- I.** Para cada hora de falta sem motivo justificado, o servidor perderá a mesma quantidade de horas na remuneração de repouso da semana.
- II.** Nos serviços públicos ininterruptos, poderá ser exigido o trabalho nos dias feriados civis ou religiosos, hipótese em que as horas trabalhadas serão pagas com acréscimo de cem por cento, salvo a concessão de outro dia de folga compensatória.

Acerca das assertivas, pode-se afirmar que:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) I e II estão corretas.
- (C) Apenas I está incorreta.
- (D) I e II estão incorretas.

Questão 17. Sabe-se que o exercício de atividade em determinadas condições assegura ao servidor a percepção de um adicional de cinco, dez e vinte por cento sobre o piso básico do Município, segundo a classificação dos graus: mínimo, médio e máximo, respectivamente. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos também traz que os percentuais serão verificados periodicamente e adequados conforme o grau indicado no laudo elaborado por profissionais capacitados para este fim e demais critérios da legislação específica.

Diante disso, quais seriam as condições citadas para as características desse adicional?

- (A) Perigosas.
- (B) Constrangedoras.
- (C) Insalubres.
- (D) Penosas.

Questão 18. Analise o texto a seguir, com base no que traz o Regime Jurídico dos Servidores Públicos:

Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, à critério da Administração e com reposição de custos, até o limite de trinta e cinco por cento da remuneração, excluídas as vantagens temporárias e indenizatórias.

Acerca do texto, pode-se afirmar que ele está:

- (A) Plenamente inadequado, visto que em nada observa a legislação municipal vigente.
- (B) Parcialmente adequado, visto que o limite citado é de trinta por cento da remuneração.
- (C) Plenamente adequado, visto que observa a legislação municipal vigente.
- (D) Parcialmente adequado, visto que não são excluídas as vantagens temporárias e indenizatórias da remuneração no cálculo do limite citado.

Questão 19. De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, o adicional por tempo de serviço, _____, é devido por ano de serviço público prestado ao Município, à razão de _____ por cento ao ano. Ainda, o servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o anuênio, e incidirá sobre o seu vencimento básico.

Preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) não cumulativo; um.
- (B) não cumulativo; meio.
- (C) cumulativo; um e meio.
- (D) cumulativo; um.

Questão 20. O Regime Jurídico dos Servidores Públicos afirma que não será concedida ajuda de custo ao servidor que:

- I.** For posto à disposição da União, do Estado, de outro Município ou de entidade autárquica.
- II.** Se afastar da sede em virtude de mandato eletivo.
- III.** For removido a pedido ou por permuta.

Estão CORRETAS:

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e III.
- (D) I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21. No exercício de suas funções, o Agente de Vigilância Sanitária atua no controle e prevenção de riscos à saúde pública local. Para isso, ele deve pautar suas condutas nas diretrizes e procedimentos do Regulamento de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul, regido pelo decreto nº 23.430/1974. Considerando as disposições do referido decreto sobre a proteção à saúde e o controle de doenças transmissíveis, analise as assertivas a seguir:

- I. Casos confirmados ou suspeitos de lepra constituem objeto de notificação compulsória.
- II. A realização de investigação epidemiológica e o emprego de vacinas de eficácia comprovada são ações obrigatórias da autoridade sanitária, em casos suspeitos ou confirmados de doenças transmissíveis.
- III. Não poderá ser fornecida carteira de identidade, de registro individual de trabalho, ou outra oficialmente instituída, sem apresentação de atestado de vacinação antivariólica.

Está(ão) CORRETA(S):

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas III.
- (D) I, II e III.

Questão 22. Na instrução de um Processo Administrativo Sanitário (PAS), o Agente de Vigilância Sanitária deve autuar as infrações cometidas por estabelecimentos comerciais e dar o devido encaminhamento legal aos produtos apreendidos e aos recursos interpostos, com base nas regras estabelecidas pela Lei Federal nº 6.437/1977. Sobre a normas relativas ao Processo Administrativo Sanitário e às penalidades aplicáveis, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescrevem em 10 anos.
- (B) Quando aplicada a pena de multa, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 180 dias, contados da data da notificação, recolhendo-a à conta do Fundo Nacional de Saúde, ou às repartições fazendárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, conforme a jurisdição administrativa em que ocorra o processo.
- (C) Nas transgressões que independam de análises ou perícias, inclusive por desacato à autoridade sanitária, o processo obedecerá a rito sumaríssimo e será considerado concluso caso o infrator não apresente recurso no prazo de 30 dias.
- (D) No caso de condenação definitiva do produto cuja alteração, adulteração ou falsificação não impliquem em torná-lo impróprio para o uso ou consumo, poderá a autoridade sanitária, ao proferir a decisão, destinar a sua distribuição a estabelecimentos assistenciais, de preferência oficiais, quando esse aproveitamento for viável em programas de saúde.

Questão 23. Durante uma fiscalização de rotina em um comércio de carnes e embutidos, o Agente de Vigilância Sanitária verifica o cumprimento das exigências sanitárias estaduais relativas ao pessoal e à responsabilidade técnica na manipulação de alimentos em açougues e fiambrierias. Considerando os requisitos normativos para esse tipo de estabelecimento, analise as assertivas a seguir:

- I. Os açougues e fiambrierias devem ter um responsável pela atividade de manipulação dos alimentos, que deve possuir capacitação, no mínimo, em curso de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos.
- II. O responsável pela atividade de manipulação dos alimentos deve ser obrigatoriamente o responsável legal da empresa.
- III. O responsável pela manipulação dos alimentos deve ter o encargo de implementar as Boas Práticas de Manipulação e os parâmetros e critérios estabelecidos na lei.

Está(ão) INCORRETA(S):

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II.
- (D) Apenas II e III.

Questão 24. Analise o trecho abaixo, com base na Resolução da Diretoria Colegiada nº 502/2021:

A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve apresentar 1 profissional com formação de nível superior, com vínculo formal de trabalho, para cada _____, com carga horária de _____ por semana que garantam a realização das atividades de lazer.

Preenche CORRETAMENTE a lacuna:

- (A) 40 idosos e 12 horas.
- (B) 20 idosos e 8 horas.
- (C) 30 idosos e 10 horas.
- (D) 25 idosos e 6 horas.

Questão 25. No planejamento de ações integradas e no alinhamento de diretrizes técnicas entre as esferas de governo, o Agente de Vigilância Sanitária deve compreender a organização institucional e a divisão de competências entre os entes do Sistema Único de Saúde (SUS). A legislação federal estabelece a estrutura do sistema nacional encarregado do controle sanitário da produção e comercialização de bens e serviços. Considerando isso, assinale a alternativa que apresenta a instituição que atua como gestora e coordenadora do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) no âmbito federal.

- (A) Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
- (B) Conselho Nacional de Saúde (CNS).
- (C) Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).
- (D) Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS).

Questão 26. No desempenho de suas atribuições diárias, o Agente de Vigilância Sanitária atua diretamente na inspeção de estabelecimentos comerciais, na fiscalização de alimentos, no controle de zoonoses e na verificação das condições de saneamento do meio ambiente local. Considerando o suporte legal para a atuação desse profissional, a Lei Federal nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) define as ações de Vigilância Sanitária como:

- (A) Um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva com a finalidade de recomendar medidas de controle.
- (B) O monitoramento contínuo de dados demográficos e de mortalidade para direcionar a alocação de recursos financeiros nos municípios emergentes.
- (C) Um conjunto de atividades que se destina, mediante as ações de vigilância epidemiológica e sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores.
- (D) Um conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.

Questão 27. O Agente de Vigilância Sanitária solicita o Manual de Boas Práticas e os Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs) de um estabelecimento para verificar a conformidade com as normas federais da Anvisa, durante uma inspeção sanitária em uma cozinha industrial do município. Com base nas exigências normativas da Resolução da Diretoria Colegiada nº 216/2004, que trata da documentação e registro dos POPs e dos controles sanitários em serviços de alimentação, analise as assertivas abaixo e julgue-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () Quando aplicável, os POPs sobre higienização de instalações, equipamentos e móveis devem contemplar a operação de desmonte dos equipamentos.
- () No caso da adoção de controle químico, o estabelecimento deve apresentar comprovante de execução de serviço fornecido pela empresa especializada contratada, contendo as informações estabelecidas em legislação sanitária específica.
- () Os registros devem ser mantidos por período mínimo de 90 dias contados a partir da data de preparação dos alimentos.
- () Os POPs devem conter as instruções sequenciais das operações e a frequência de execução, especificando o nome, o cargo e/ou a função dos responsáveis pelas atividades; contudo, não precisam de aprovação do responsável do estabelecimento.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V – F – V – F.
- (B) F – V – V – V.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – V – F – F.

Questão 28. Para fundamentar o relatório de fiscalização de uma drogaria comercial, um Agente de Vigilância Sanitária deve ter pleno domínio da Resolução da Diretoria Colegiada nº 44/2009, que estabelece as Boas Práticas Farmacêuticas. Tendo como base os dispositivos dessa resolução, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O Manual de Boas Práticas Farmacêuticas do estabelecimento deve ser específico para a instalação e estar atualizado e disponível para todos os funcionários e para a fiscalização sanitária.
- (B) A prestação de serviços farmacêuticos, como aplicação de injetáveis e aferição de pressão arterial, exige espaço físico delimitado e privativo (sala de prestação de serviços).
- (C) Essa resolução aplica-se às farmácias e drogarias de todo o país, incluindo as farmácias privativas de unidade hospitalar.
- (D) Farmácias e drogarias podem oferecer serviço de entrega de medicamentos (*delivery*), inclusive mediante solicitação por meios remotos, como telefone e internet.

Questão 29. No decorrer de uma fiscalização de rotina na Estação de Tratamento de Água (ETA) do Município, realizou-se a verificação dos relatórios do controle operacional da qualidade da água enviada para a rede de distribuição. Para garantir o cumprimento das normas do Ministério da Saúde (Portaria de Consolidação GM/MS nº 888/2021) quanto aos limites de turbidez, o Agente de Vigilância Sanitária precisa avaliar a conformidade dos parâmetros de saída de acordo com a tecnologia de tratamento empregada na unidade. Considerando esse caso, associe corretamente os tipos de tratamento da água da Coluna 1 ao seu respectivo Valor Máximo Permitido (VMP) da Coluna 2:

Coluna 1:

- (1) Filtração rápida (tratamento completo ou filtração direta).
- (2) Filtração em membrana.
- (3) Filtração lenta.
- (4) Pós-desinfecção (para águas subterrâneas).

Coluna 2:

- () 0,1 uT em 99% das amostras.
- () 1,0 uT em 95% das amostras; 2,0 uT no restante das amostras mensais coletadas.
- () 0,5 uT em 95% das amostras; 1,0 uT no restante das amostras mensais coletadas.
- () 1,0 uT em 95% das amostras; 5,0 uT no restante das amostras mensais coletadas.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
- (B) 3 – 2 – 4 – 1.
- (C) 2 – 4 – 1 – 3.
- (D) 2 – 3 – 1 – 4.

Questão 30. No âmbito do controle sanitário e da fiscalização de edifícios públicos e de interesse à saúde, realiza-se a vistoria técnica das instalações físicas de uma Escola de Educação Infantil (EEI) privada para concessão do Alvará Sanitário de Funcionamento. Entre os itens inspecionados, destacam-se a iluminação, a ventilação natural, a proteção contra pragas e a segurança das aberturas. De acordo com Portaria nº 940/2022, assinale a alternativa INCORRETA sobre as esquadrias e aberturas do estabelecimento.

- (A) As salas de atividades deverão ter superfície de iluminação maior ou igual a 1/5 da área do piso.
- (B) Todas as esquadrias do EEI deverão ser voltadas para o interior, ter dimensões compatíveis com o seu uso e possuir superfície de ventilação maior ou igual a 80% da superfície de iluminação.
- (C) As portas de sanitários infantis não devem ter trincos ou chaves e deverão possuir vão de 30 cm em sua parte inferior.
- (D) As janelas da cozinha e despensa devem ser dotadas de tela de forma a evitar a entrada de insetos.

Questão 31. A instalação e a manutenção de cemitérios exigem atenção rigorosa às normas de vigilância sanitária e ambiental para evitar a contaminação do solo e dos recursos hídricos por vírus e bactérias envolvidas na decomposição dos corpos. De acordo com o Decreto Estadual nº 23.430/1974, que aprova o Regulamento da Saúde no Estado do Rio Grande do Sul, o fundo das sepulturas deve guardar uma distância mínima em relação ao nível do lençol freático. Diante disso, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE essa distância mínima.

- (A) 2,00 metros.
- (B) 1,50 metros.
- (C) 3,00 metros.
- (D) 2,50 metros.

Questão 32. Ao realizar uma auditoria das boas práticas de fabricação e manipulação de alimentos em um estabelecimento comercial do município, o Agente de Vigilância Sanitária analisa a documentação dos Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs) de higienização de instalações, equipamentos e utensílios. O Agente observa a necessidade de instruir a equipe de manipuladores sobre a correta sequência e o conceito de cada etapa descrita no protocolo. Com base nas diretrizes vigentes do controle sanitário de alimentos, assinale a alternativa que conceitua e diferencia CORRETAMENTE as etapas de limpeza e desinfecção nos POPs.

- (A) A desinfecção deve ocorrer sempre antes da etapa de limpeza.
- (B) A limpeza remove sujidades, já a desinfecção reduz microrganismos.
- (C) A limpeza elimina vírus, enquanto a desinfecção retira restos de comida.
- (D) Ambos os termos representam exatamente a mesma operação.

Questão 33. Durante uma inspeção sanitária em uma farmácia comunitária, solicitou-se a lista de medicamentos disponíveis e os respectivos registros de dispensação. Ao orientar o responsável técnico sobre a regulamentação do acesso à assistência farmacêutica, a prescrição adequada e as diretrizes normativas vigentes no Sistema Único de Saúde (SUS), o Agente de Vigilância Sanitária reforçou a necessidade do cumprimento da legislação federal no âmbito local. Considerando o disposto no Decreto Federal nº 7.508/2011, que trata da organização do SUS e da Assistência Farmacêutica, analise as assertivas abaixo e julgue-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

- () A Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) compreende a seleção e a padronização de medicamentos indicados para atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS.
- () A RENAME será acompanhada do Formulário Terapêutico Nacional (FTN) que subsidiará a prescrição, a dispensação e o uso dos seus medicamentos.
- () A Anvisa é o órgão competente para dispor sobre a RENAME e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas em âmbito nacional, observadas as diretrizes pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT).
- () O Ministério da Saúde poderá estabelecer regras diferenciadas de acesso a medicamentos de caráter especializado.

Qual alternativa preenche, CORRETAMENTE, de cima para baixo, os parênteses acima?

- (A) V – F – F – F.
- (B) F – V – V – F.
- (C) V – V – F – V.
- (D) F – F – V – F.

Questão 34. Considerando as competências institucionais estabelecidas na legislação federal para a garantia da segurança sanitária da água, regida pela Portaria do Gabinete do Ministro do Ministério da Saúde nº 888/2021, assinale a alternativa que indica uma atribuição específica da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS).

- (A) Exercer a vigilância da qualidade da água para consumo humano nas áreas de portos, aeroportos e passagens de fronteiras terrestres, conforme os critérios e parâmetros estabelecidos nessa portaria, bem como diretrizes específicas pertinentes.
- (B) Regulamentar, controlar e fiscalizar águas envasadas.
- (C) Implementar o Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua).
- (D) Autorizar o fornecimento de água para consumo humano por meio de carro-pipa.

Questão 35. Na análise do projeto arquitetônico e na inspeção local de uma cozinha industrial recém-instalada no município, avalia-se o layout e o fluxo de produção de refeições. No projeto, observa-se a necessidade de que a disposição das salas, bancadas e equipamentos garanta uma circulação unidirecional das matérias-primas e dos manipuladores. Segundo as normas de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, a separação adequada das áreas e a definição de um fluxo operacional CORRETO no desenho das instalações têm como objetivo principal evitar:

- (A) O fracionamento de alimentos industrializados.
- (B) Aumento de custos operacionais.
- (C) O uso de iluminação artificial excessiva.
- (D) Contaminação cruzada.

Questão 36. Ao instaurar um Processo Administrativo Sanitário (PAS) decorrente de apurações em estabelecimentos no município, o Agente de Vigilância Sanitária deve enquadrar as condutas irregulares em observação à tipificação e às respectivas sanções previstas na Lei Federal nº 6.437/1977. À luz do disposto nessa lei, são infrações sanitárias passíveis de advertência, EXCETO:

- (A) Exercer profissões e ocupações relacionadas com a saúde sem a necessária habilitação legal.
- (B) Utilizar, na preparação de hormônios, órgãos de animais doentes, estafados ou emagrecidos ou que apresentem sinais de decomposição no momento de serem manipulados.
- (C) Aplicação, por empresas particulares, de raticidas cuja ação se produza por gás ou vapor, em galerias, bueiros, porões, sótãos ou locais de possível comunicação com residências ou frequentados por pessoas e animais.
- (D) Fornecer, vender ou praticar atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância dessa exigência e contrariando as normas legais e regulamentares.

Questão 37. Durante a organização das ações de saúde e vigilância no município, a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde avalia as diretrizes da Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS-SUS 01/2002) para fortalecer a integração regional dos serviços. No âmbito do Plano Diretor de Regionalização (PDR), qual é o papel do Módulo Assistencial?

- (A) Gerir os planos de previdência social do servidor público.
- (B) Servir como unidade territorial básica para a garantia de resolutividade na atenção à saúde.
- (C) Substituir a gestão estadual de saúde por instâncias federais.
- (D) Definir a contratação de profissionais estatutários exclusivamente.

Questão 38. Em uma capacitação sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), a equipe de Vigilância Sanitária de um município debateu o processo de descentralização das ações de saúde e a transferência de responsabilidades normativas e financeiras. A consolidação da fiscalização e do controle sanitário local está diretamente atrelada ao modelo de gestão adotado pelo Município, conforme os critérios estabelecidos pela Norma Operacional Básica (NOB-SUS/96). No âmbito dessa norma, considerando que o Município fosse assumir a gestão das ações de saúde — incluindo a execução, o licenciamento e o planejamento das fiscalizações sanitárias de sua competência —, assinale a alternativa que apresenta as duas modalidades específicas de gestão municipal criadas nesse caso.

- (A) Gestão Suplementar e Gestão Complementar de Saúde.
- (B) Gestão Incipiente e Gestão Avançada.
- (C) Gestão Plena da Atenção Básica e Gestão Plena do Sistema Municipal.
- (D) Gestão Parcial Integrada e Gestão Total Descentralizada.

Questão 39. Durante uma inspeção sanitária em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), o Agente de Vigilância Sanitária avalia as adequações arquitetônicas e de acessibilidade do imóvel conforme as diretrizes legais vigentes. No que tange às especificações da dimensão de ambientes e circulações internas estabelecidas em lei, é CORRETO afirmar que:

- (A) Os dormitórios de 01 pessoa devem possuir área mínima de 9,50 m², além de área para guarda de roupas e pertences do residente.
- (B) As ILPIs devem possuir um espaço ecumênico e/ou para meditação.
- (C) Áreas para o desenvolvimento das atividades voltadas aos residentes com graus de dependência III devem atender a, no máximo, 25 residentes, com área mínima de 0,5 m² por pessoa.
- (D) As circulações internas principais devem ter largura mínima de 0,80 m, e as secundárias podem ter largura mínima de 1,00 m, sem a necessidade de luz de vigília permanente.

Questão 40. Analise o trecho abaixo:

O Procedimento Operacional Padronizado de Manejo Integrado de Vetores e Pragas Urbanas contemplará ações preventivas de ordem _____ e ações corretivas executadas por _____ em caso de aplicação química.

Com base nos Procedimentos Operacionais Padronizados de Boas Práticas para serviços de alimentação, preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas:

- (A) ambiental e sanitária – vigilância local.
- (B) técnica e administrativa – responsável técnico.
- (C) química e biológica – funcionários internos.
- (D) física e estrutural – empresa especializada.